

XXII Congresso Nacional da Juventude Socialista



A Cultura que nos falta.

**4 ideias para repensar uma herança
adormecida**



INTRODUÇÃO

Seguramente os tempos que correm serão lembrados como os mais tenebrosos das últimas décadas da história da humanidade. Desde a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 que a sociedade não vivia rodeada de tantas incertezas, de receios e preocupações com próximo e não estava mergulhada numa falta de empatia e segurança que não coloca só em perigo todo o sistema político - com vagas populistas que se aproveitam de crises cíclicas - mas todo o sistema social que temos construído. O nosso sistema social depende, quase na totalidade, da forma como estabelecemos as nossas relações interpessoais. A forma como nos comunicamos, a língua, os sotaques, as expressões, desde logo dizem muito sobre quem nós somos e é, ainda hoje, o principal critério que pode dar independência política a um pequeno Estado como era *Portucale* no séc. XI.

Os critérios que fazem destas comunidades agentes políticos são, precisamente, um grupo de ideias que partilham que faz com que se movam baseados num grupo de interesses e numa herança histórico-cultural que molda a forma como se comportam e aquilo que reivindicam.

Em Portugal, essa herança não podia ser mais rica. Afinal, somos feitos de costumes, de tradições, de música, de arte, de prosa, de poesia, partilhamos uma série de valores que nos distinguem de todas as nações no mundo. Somos feitos da mitologia de Viriato, do sangue de Afonso Henriques, travámos batalhas em Guimarães, São Mamede, Aljubarrota, Ceuta, construímos o primeiro império ultramarino da Europa. Somos feitos da resistência dos soldados que defenderam a Nação nas Linhas de Torres, daqueles “Soldados Milhões” que combateram na Grande Guerra e que além da vida pela pátria, deram a vida pelo o outro. Somos feitos da garra de Salgueiro Maia, da audácia de Mário Soares, da loucura de Sebastião de Carvalho e Melo e da perspicácia de Agostinho da Silva.





Herdámos um passado cultural de meter inveja a toda e qualquer sociedade europeia. Somos quem levou o “europeísmo” além-mar ao cruzarmos o Oceano das Trevas, o Cabo das Tormentas enquanto empunhávamos os Lusíadas só com um braço como fez Camões, ou escrevemos a mais bela das composições literárias numa Tabacaria como fez Fernando Pessoa. Somos parte do pensamento idílico de Saramago que fez de Portugal a única comunidade lusófona que pode ostentar um Prémio Nobel. Ser português é assumir este passado cultural que hoje molda a nossa forma de olhar o Mundo, de olhar o outro e de nos questionarmos, todos os dias, sobre o rumo que estamos a seguir e sobre o futuro que queremos criar.

A preservação desta herança depende de nós e do nosso comportamento, da forma como a transmitimos nas escolas, e como olhámos para ela. Só aí percebemos o estado da nossa cultura aos dias de hoje. Constantemente, instituições e agentes do setor, em Portugal, gritam para o vazio na esperança que alguém os oiça, mas em vão. Se há décadas vivemos nesta realidade, com o cenário pandémico, hoje o problema da cultura agravou-se e muito.

É necessário desmistificar a ideia de que a Cultura é irrelevante em Portugal porque é um setor que não gera riqueza. Nada mais errado. Segundo dados do INE de 2015, o setor da cultura, no mesmo ano, representou 1,7% do Valor Acrescentado Bruto em Portugal, ficando só atrás do setor da comunicação (1,9%). Isto representa um volume de negócio de mais 4,4 mil milhões de euros de cerca de 50 mil empresas portuguesas. A tendência é que este número tenda a evoluir positivamente dado o crescimento do setor nos últimos anos. Este volume de negócio é desproporcional ao investimento que estas empresas recebem. Segundo dados do Eurostat para 2019, Portugal é o terceiro país da União Europeia que menos investe em cultura (0,6%), ficando abaixo da média europeia de 1% do PIB.

O valor que a cultura reflete no total do Orçamento de Estado de 2021 é também preocupante. Representa 0,21% das despesas totais, correspondendo a uma verba de 313 milhões de euros. Para além disto, o Ministério da Cultura é a terceira pasta com menos financiamento (563,9 milhões de euros).



“A Cultura que nos falta. 4 ideias para repensar uma herança adormecida”



Como resultado das políticas públicas de governos sucessivos que têm negligenciado este problema, e com a pandemia do novo Coronavírus, em 2020 centenas de milhares de artistas viram-se despojados de meios para fazer face às suas despesas ficando condenados a um cenário de escassez e sem qualquer tipo de proteção social.

Então, a presente moção pretende anunciar, a todos os camaradas, no XXII Congresso Nacional da Juventude Socialista, um conjunto de 4 propostas que se pretendem ver incluídas no programa de resolução deste problema que, embora possuidor de uma extrema complexidade, ainda é capaz de caminhar numa direção de mudança social. Para que Portugal possa caminhar, para uma sociedade democrática sem classes é preciso repensar a cultura porque esta é a herança mais nobre que cada um de nós tem de preservar. É por isso imperativo que se olhe para os apoios à cultura no nosso país e se comece a delinear um programa sério de investimento no setor, parando de tratar estes homens e mulheres como um fardo pesado que o Estado tem que suportar.

Assim sendo, apresenta-se de seguida um conjunto de medidas com vista a assegurar um investimento na cultura, a melhoria das condições de vida de centenas de milhares de trabalhadores e fomentar uma herança histórico-cultural que parece adormecida.





Propostas

1. **Incremento das verbas destinadas à Direção-Geral do Património Cultural**, para uma preservação mais eficaz e extensiva do património cultural móvel, imóvel e imaterial do país. Com vista ao alargamento da Rede de Museus e, por conseguinte, ao aumento da oferta cultural - sobretudo em zonas desertificadas do território nacional, refletindo um impulso das economias locais através, por exemplo, da oferta de emprego qualificado a recém-licenciados.
2. **Criação de um Fundo Estatal de apoio a entidades culturais**, como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Francisco Manuel dos Santos, a Fundação José Saramago, o Centro Cultural de Belém, entre outros - é fundamental que o Estado trabalhe neste regime de cooperação porque são estes organismos quem melhor conhece a malha artística em Portugal. Aqui poderiam ser alocadas as verbas europeias e nacionais com vista a ajudar artistas e outros agentes culturais cujas receitas dos seus trabalhos ficaram praticamente estagnadas com a pandemia. Numa perspetiva de futuro, e com este mecanismo de apoio, podem ser pensados concursos públicos de investimento a projetos do setor. Este é um dever constitucionalmente previsto no art. 78.º, alínea a), da Constituição da República Portuguesa, onde incumbe ao Estado: *«Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões (...)*».
3. **Alargamento da oferta formativa nas escolas públicas**, com introdução de disciplinas obrigatórias como Teatro ou Cinema, nos currículos. Numa ótica de semear agora para mais tarde recolher, isto permite uma reforma do sistema educativo com vista à formação de cidadãos que se tornem espectadores e fomentem a prática de ir a espetáculos, galerias de arte, entre outros. Além disso, este alargamento dos currículos nas escolas permite a contratação de profissionais da área da cultura que estão em situação de trabalho precário ou desempregados.





4. **Campanhas de incentivo à frequência de espetáculos em tempo de pandemia,** fazendo com que os cidadãos se apercebam do quão seguras são as salas de espetáculos e as galerias de arte onde as normas de distanciamento social, uso de máscara e desinfeção das mãos já são cumpridas escrupulosamente, não representando estas atividades qualquer perigo para a saúde pública.

